

# TOM HOLLAND

HISTORIADOR E AUTOR *BESTSELLER*

Guerra e Paz  
na Idade de Ouro  
de Roma

# PAX

«É raro encontrarmos um livro que transforma o modo  
como compreendemos o mundo.» *The Spectator*

v o g a i s

*Dedicado a Bill Heald, sem o qual a escrita deste livro  
teria sido muito mais difícil.*

# ÍNDICE

Agradecimentos . . . . .	9
<i>Índice de Mapas</i> . . . . .	11
<i>Prefácio</i> . . . . .	13

## PRIMEIRA PARTE: GUERRA

I. Os tristes deuses infernais . . . . .	39
II. Quatro imperadores . . . . .	97
III. Um mundo em guerra . . . . .	164

## SEGUNDA PARTE: PAZ

IV. Gigantes adormecidos. . . . .	229
V. A aranha universal . . . . .	285
VI. O melhor dos imperadores. . . . .	334
VII. Criei este jardim para nós. . . . .	384

<i>Cronologia</i> . . . . .	439
<i>Personagens</i> . . . . .	443
<i>Notas</i> . . . . .	449
<i>Bibliografia</i> . . . . .	463
<i>Índice Remissivo</i> . . . . .	473

## AGRADECIMENTOS

Os meus principais agradecimentos são para o meu irmão, James Holland, que me apresentou Bill Heald. Bill, um dos melhores cirurgiões mundiais oncológicos, veio em meu socorro a meio da escrita deste livro e, na verdade, tratou pessoalmente de possibilitar que eu pudesse acabá-lo. Gostaria também de agradecer a Aryn Haji, Andrew Emmanuel, Margaret Burt e a todas as suas equipas do King's College Hospital pelos cuidados meticulosos que me prestaram ao longo do último ano. Como sempre, devo mais do que me é possível exprimir a Richard Beswick e a todos na Little, Brown; a Lara Heimert e a todos na Basic Books; a Patrick Walsh, o melhor dos agentes, e a todos na agência PEW Literary. A minha devoção a todos os que trabalham na British Library, na London Library e na Hellenic and Roman Library não tem limites. Jamie Muir não apenas leu o livro em manuscrito, como tirou fotografias maravilhosas das minhas moedas. Llewelyn Morgan, o mais amável e generoso dos académicos, ajudou-me tanto com os eunucos como com os elefantes. Sophie Hay, guardiã tutelar de Pompeia, consentiu-me que usasse algumas das suas belas fotografias. Matei Blaj não apenas me convidou para ir à Roménia, como me levou de carro até Sarmisegetusa. Dominic Sandbrook e toda a gente da Goalhanger fizeram tudo o que puderam para me impedir de terminar este livro – mas com um efeito tão agradável que não

posso levar a mal o muito tempo que me ocuparam. A minha família adorada — Sadie, Katy e Eliza — foi, como sempre tem sido, o rochedo sobre o qual tudo construí.

## ÍNDICE DE MAPAS

Mundo Romano em 68 d. C. ....	32
Roma de Nero .....	41
Centro de Roma em 65 d. C. ....	44
Fronteira Germânica .....	99
Judeia .....	123
Itália .....	140
Cerco de Jerusalém .....	203
Campânia .....	231
Pompeia .....	247
Britânia .....	301
Bitínia e Ponto .....	352
Império Parta .....	381
Grécia .....	407
Roma de Adriano .....	434

## PREFÁCIO

No ano 122, o homem mais poderoso do mundo chegou às margens do Tyne. O rio — que atravessa aquela que é hoje a cidade de Newcastle — era o ponto mais setentrional alguma vez visitado por um imperador romano. Abaixo de si, estendia-se a Britânia Inferior, a fértil metade meridional da ilha que fora conquistada, pacificada e subjugada pelas legiões no decurso dos últimos oitenta anos. Para lá de si, ficavam as terras bravias do Norte, terras demasiado agrestes e pobres para merecerem a conquista. Pelo menos, assim julgava o César de visita. Publius Aelius Hadrianus — Adriano — era um homem perfeitamente habilitado para distinguir entre civilização e barbárie. Estudara com filósofos e cavalgara para a guerra contra caçadores de cabeças; vivera tanto em Atenas como numa ilha do Danúbio. Antes da sua chegada à Britânia, fizera uma digressão por bases militares ao longo do Reno e dera ordens para que fosse erguida uma grande paliçada para lá da margem oriental do rio. Agora, à beira das águas cinzentas do Tyne, Adriano tinha planos para uma obra ainda mais portentosa de engenharia.

A audácia do projeto era evidente pela própria presença de César na Britânia. Não eram apenas as suas legiões a precisar de ser alinhadas. Também os deuses tinham de o ser. Tinham de realizar-se sacrifícios tanto ao Oceano, essa imensa e temível

vastidão de água em que estava implantada a Britânia, como ao próprio Tyne. Adriano, homem meticuloso na sua relação com o sobrenatural, sabia que não podia mandar construir uma ponte sem apaziguar o espírito do divino que se manifestava em cada rio. Pons Aelius foi o nome dado à estrutura: Ponte de Adriano. Era uma honra para um lugar obscuro na periferia do mundo. Apenas pontes de Roma costumavam receber o nome de imperadores. Na altura própria, volvida uma década, quando Adriano mandou construir para si um enorme mausoléu na margem oposta do Tibre, e quis que houvesse um fácil acesso a partir da capital, Pons Aelius foi o nome óbvio e único para a estrutura daí resultante. Quando foi concluída, passou a haver duas pontes muito diferentes com o selo de Adriano. A consequência, no remoto posto avançado da Britânia, foi a aquisição de uma dignidade ainda mais solene.

Já não era apenas a ponte sobre o Tyne a chamar-se Pons Aelius, mas o forte que fora construído na margem norte do rio. Esse forte era, por sua vez, apenas uma de várias bases militares que se distribuíam em linha reta de uma costa oceânica à outra. A uni-las, prolongando-se por 128 quilómetros, havia uma muralha, na sua maior parte em pedra. Por trás da muralha estendia-se uma estrada pavimentada a cascalho. Por trás da estrada havia uma vala tão funda que apenas podia ser transporta com escadas. Uma infraestrutura desta ordem, construída em tal escala, era um monumento tão impressionante a Adriano quanto qualquer outra coisa que ele tivesse patrocinado em Roma. Alardeava um grau de esforço bélico e uma capacidade de intimidação sem rival em parte alguma. A visita do imperador ao Tyne fora fugaz, uma mera paragem, mas deixara lá a marca inconfundível de uma superpotência.

Não foram muitos os romanos que chegaram a ver a Muralha. Ficava tão distante de tudo o que constituía a civilização — «comércio, navegação, agricultura, metalurgia, todos os ofícios que existem ou alguma vez existiram, tudo o que é fabricado ou cresce

na terra»<sup>1</sup> — que tendiam a considerá-la, na melhor das hipóteses, um boato. Com o passar do tempo, viriam a esquecer-se até de que fora Adriano quem a construía. Durante mais de um milénio após o colapso do domínio romano da Britânia, a construção foi atribuída a outro César, mais tardio; e apenas em meados do século XIX se provou conclusivamente que a Muralha fora obra de Adriano. Desde então, graças aos esforços de gerações de arqueólogos, epigrafistas e historiadores, o nosso conhecimento de como e por quem foi construída melhorou incomensuravelmente. O estudo da Muralha de Adriano está agora «juncado das ossadas de hipóteses descartadas»<sup>2</sup>. Entretanto, a par da sua extensão central espetacular — uma secção que em 1600 estava tão infestada de bandidos que o antiquário William Camden foi obrigado a excluí-la completamente da sua excursão —, os visitantes de hoje são recebidos por sinais interpretativos, lojas de recordações e instalações sanitárias.

Ainda assim, o sentimento de mistério não foi totalmente expulso da Muralha de Adriano. Nos começos do inverno de 1981, quando um turista norte-americano chamado George R. R. Martin a visitou, aproximava-se o crepúsculo. Com o Sol a pôr-se e o vento a lançar rajadas sobre os penhascos, teve aquele lugar apenas para si. Como teria sido, interrogou-se Martin, estar ali no tempo de Adriano, ser um soldado originário de África ou do Próximo Oriente colocado nas fronteiras da civilização para perscrutar as trevas e temer o que de lá poderia estar à espreita? A recordação não o abandonou. Uma década depois, quando se lançou na escrita de um romance fantástico intitulado *A Guerra dos Tronos*, a visita que fizera à Muralha de Adriano teve uma influência particularmente ativa: uma muralha, na descrição que fez posteriormente, a «defender a civilização de ameaças desconhecidas existentes para lá dela»<sup>3</sup>.

No mundo ficcional de Westeros, concebido por Martin, as «ameaças desconhecidas» mostram ser os Outros, demónios pálidos

formados por neve e frio que escravizam os mortos. O sistema fronteiro romano é recalibrado nas suas novelas como uma muralha de gelo com duzentos metros de altura, oito mil anos de idade e 500 quilómetros de extensão. Nela estão gravados augúrios antigos. De vez em quando, é atacada por mamutes. A versão que Martin dá da Muralha de Adriano, graças ao sucesso comercial, tanto das novelas como da adaptação televisiva, veio a deixar a original um pouco na sombra. Contudo, talvez também demonstre como permanece firme na nossa imaginação coletiva o domínio de uma visão particular do Império Romano. Nunca há qualquer dúvida em *A Guerra dos Tronos* de que as nossas simpatias estão com a Patrulha da Noite, os soldados que formam a guarnição da Muralha, e não com os Outros. Afinal, quando Martin esteve no limite mais setentrional do império de Roma e projetou o olhar através do crepúsculo, imaginou que ele próprio era um romano, e não um bretão. As pessoas que visitam a Muralha de Adriano raramente se identificam com os nativos. Romances e filmes que a incluem adotam invariavelmente a perspectiva do ocupante. Aventurar-se para lá dos limites da civilização romana, seja com uma legião condenada ou em busca de uma águia perdida, é penetrar num coração de trevas. Rudyard Kipling, o mais laureado dos autores do Império Britânico, considerou a própria Muralha um monumento à civilização. «Precisamente quando se pensa que se está na extremidade do mundo, vê-se um fumo a pairar de leste para oeste até onde os olhos conseguem alcançar e, depois, por baixo de si, também até aos limites da visão, casas e templos, lojas e teatros, alpendres e celeiros, fluindo como dados lançados por trás — sempre por trás de uma longa linha baixa, ascendente ou descendente, oculta ou à vista, de torres. E é isso a Muralha!»<sup>4</sup> Ainda hoje, numa era infinitamente menos dada ao imperialismo do que a de 1906, quando Kipling publicou as suas histórias acerca da Britânia romana, é possível mostrar a presença de soldados na Muralha de Adriano, originários de Marrocos ou da Síria, como

motivo de celebração. Foi para enfatizar esta faceta da Muralha que a BBC, num filme recente, destinado a crianças, acerca da chegada de Adriano à Britânia, alterou a cronologia, de modo a retratar o governador da província da altura como africano\*. O mesmo Império Romano que construiu uma muralha ao longo da sua fronteira mais bárbara, e governou talvez 30 por cento da população mundial, continua a ser hoje o que tem sido desde finais do século XVIII: um espelho que nos envaidece ao vermos nele o nosso próprio reflexo†.

Foi Edward Gibbon, em 1776, quem apontou pela primeira vez o século II como a mais dourada das idades de ouro. Definiu celebrenemente, no primeiro volume da *História do Declínio e Queda do Império Romano*, os reinados de Adriano, dos seus antecessores e sucessores imediatos, como «o período na história do mundo em que a condição da raça humana foi mais feliz e próspera». Em toda a parte, do Tyne ao Sara e do Atlântico à Arábia, reinava a paz. Terras que outrora, antes de caírem sob o domínio romano, eram agitadas por conflitos mutuamente destrutivos — reino contra reino, cidade contra cidade, tribo contra tribo — tinham ficado sob «a alçada da virtude e da sabedoria»<sup>5</sup>. É verdade que este encómio trazia consigo várias advertências. Subtil e mordaz, Gibbon sabia muito bem que não se podia imaginar que algum período da história houvesse sido realmente paradisíaco. Estava ciente do carácter autocrático da governação dos Césares e claro que ninguém sabia melhor do que ele o que estava para vir. Não obstante, para um homem com o seu temperamento — distinto, tolerante, respeitador do saber e do intercâmbio —, o mundo governado por Adriano parecia incomensuravelmente preferível à

---

\* Quinto Lólio Úrbico, que foi governador da Britânia nos anos que se sucederam à morte de Adriano, era berbere. Quinto Pompeio Falco, o governador que recebeu Adriano na Britânia, era filho de sicilianos.

† Estima-se que entre 20 e 40 por cento da população mundial fosse governada por Roma no tempo de Adriano. Claro que é impossível ter a certeza.

barbárie e à superstição que identificava com a Idade Média. «As fronteiras dessa vasta monarquia eram guardadas por uma reputação antiga e valores disciplinados. A influência suave, mas poderosa, de leis e costumes tinha cimentado paulatinamente a união das províncias. Os seus pacíficos habitantes desfrutavam e abusavam das vantagens da riqueza e do luxo.»<sup>6</sup> O tom de ironia amável em que Gibbon envolveu este relato da prosperidade do império não acarretava desdém pelas realizações dos Romanos. A ordem era melhor do que o caos e a ordem levada pelos Césares à «parte mais bela da terra e à fração mais civilizada da humanidade» era de facto um portento. Gibbon sabia-o porque fora algo admirável para os próprios Romanos. Tinham-se maravilhado com o espetáculo de aqueles que antes eram inimigos deporem as armas e dedicarem-se antes às artes, havendo por todo o lado cidades que irradiavam beleza e parecendo os campos um jardim. Tinham-se deleitado com a escala do transporte marítimo que enchia os mares, trazendo tesouros de regiões tão remotas como a Índia. Tinham ficado comovidos por as chamas do sacrifício, antes pontos isolados de lume, serem agora algo inextinguível, passando incessantemente de pessoa em pessoa, sempre inflamadas nalguma parte do mundo. Poderia parecer a um habitante das províncias criado no império de Adriano que eram esses os frutos da paz romana: a *Pax Romana*.

Desde o tempo de Gibbon, o conhecimento de como funcionava e era conservada esta paz fez progressos extraordinários. Foram escavados espaços arqueológicos, datadas e avaliadas inscrições, desenterrados papiros e tabuinhas de entre o lixo, indícios diligentemente transcritos e a massa imensa de provas sintetizada a tal ponto que teria espantado e deliciado Gibbon. A convicção dos estudiosos ocidentais de que o império governado por Adriano abrangia de facto a parte mais bela da terra foi desde há muito justificada pela perceção de que não era a única superpotência existente na massa terrestre eurasiática. Hoje, os estudos

comparativos do imperialismo romano e chinês são um campo de estudos tão atualizado como qualquer outro da história antiga. Todavia, a simples escala e duração da paz que foi imposta na secção ocidental da Eurásia durante os séculos I e II — período em que, pela primeira vez, grande parte dela constituía uma única unidade política —, continua a não ter paralelo. Tal como acontecia na década de 1770, também hoje ninguém pode afirmar, como fizeram orgulhosamente os Césares, que o Mediterrâneo lhes pertencia exclusivamente.

Até mesmo a prosperidade do mundo romano — que está sujeita a parecer, para consumidores do século XXI, bastante menos ofuscante do que parecia a Gibbon — continua a ser perfeitamente capaz de impressionar economistas. «As condições de vida foram melhores no antigo Império Romano do que em qualquer outro lugar ou momento anterior à Revolução Industrial», segundo uma estimativa de um professor jubilado de Economia do Instituto de Tecnologia de Massachusetts (MIT)<sup>7</sup>. Inevitavelmente — dada a inexistência de dados precisos —, a dimensão e a eficiência da economia romana, nos dois primeiros séculos da era cristã, continuam a ser tópicos de debate feroz. Não obstante, os recursos que cidades de todo o império tinham disponíveis são familiares não apenas aos estudiosos do período, mas também a um número infindável de turistas. Mesmo para o visitante ocasional de Éfeso ou de Pompeia, é difícil não ficar impressionado com o panorama. Templos e teatros, termas e bibliotecas, pavimentos calcetados e aquecimento central: todos eles constituem sinais imediatos da *Pax Romana*. Ainda hoje, seja em filmes, desenhos animados ou jogos de computador, servem como indicadores abreviados não apenas do apogeu do Império Romano, mas da própria civilização.

Mas que fizeram terão os Romanos feito alguma coisa por nós? A resposta: saneamento, medicina, educação, vinho, ordem pública, irrigação, estradas, sistemas de água potável e de saúde pública. Esta lista, ainda que lisonjeira para a *Pax Romana*, não esgota

obviamente tudo o que fizeram. Se existe luz, também existe sombra. O mais famoso de todos os monumentos romanos, adorado tanto pela indústria turística italiana como por Hollywood, foi um palco para derramamento de sangue. A cruz que outrora se erguia no centro do Coliseu pode ter desaparecido há muito, retirada por arqueólogos na década de 1870, mas as diversões assassinas realizadas no anfiteatro — mesmo que não existam provas sólidas de que alguma vez lá tenham sido dados cristãos a comer aos leões — continuam a ser hoje alvo de reprovação moral, tal como eram quando aquele local acolheu uma capela e a Via Sacra. Ninguém que assista ao filme *Gladiator* toma partido pelo imperador. Na nossa simpatia instintiva pelas vítimas dos sanguinários desportos romanos, revelamo-nos herdeiros não dos Césares, mas da igreja primitiva.

«Vi ainda que a mulher estava embriagada com o sangue dos santos e com o sangue dos mártires de Jesus.»<sup>8</sup> Assim escreveu São João no Apocalipse, o último livro do Novo Testamento, nalgum momento de finais do século I. A visão de João qualifica-se como profecia, um abrir da cortina que ocultava do olhar dos mortais acontecimentos ainda por vir; no entanto, é também o ataque mais vigoroso, mais fulgurante e mais influente ao imperialismo alguma vez escrito. A mulher contemplada por João era uma prostituta, trajada de púrpura, ornamentada com uma profusão de joias e montada num animal escarlate com sete cabeças e dez chifres. Chamava-se Babilónia e era a mãe de todos os vícios e abominações do mundo. Dirigindo-se ao narrador, um anjo revelou a verdadeira identidade desta prostituta monstruosa: «a grande cidade que reina sobre os reis da terra»<sup>9</sup>.

No Apocalipse, o poder e a riqueza da capital do mundo servem apenas para aumentar a satisfação sentida por João perante o espectáculo da sua ruína. Uma voz vinda do céu informa-o de que, num tempo vindouro, os reis da terra chorarão e lamentar-se-ão quando a virem arder, e os mercadores carpirão:

«Ai da grande cidade!  
 Ai da que se vestia de linho,  
 de púrpura e de escarlata,  
 da que se revestia de ouro,  
 de pedras preciosas e de pérolas!  
 Porque bastou um momento para devastar tão grande riqueza!»<sup>10</sup>

Ali, incubada pelo império de Roma, estava uma profecia da sua queda, destinada a ser sempre a sombra das memórias da sua grandeza. Tal como foi a era de Adriano e do seu sucessor Antonino Pio, que Gibbon aclamou por terem oferecido ao mundo a mais bela perspectiva de paz universal, foi também o espetáculo de frades descalços a entoarem orações num templo pagão, mesmo no âmago de Roma, aquilo que primeiro o inspirou a refletir sobre o seu declínio e queda. Os deuses antigos não haviam sido os únicos humilhados por Cristo. Rebaixados foram também os Césares que tinham governado o império no auge da sua extensão. Hoje, em Roma, nem o mausoléu de Adriano nem a Pons Aelius comemoram o homem que os construiu. Testemunham antes, no topo do mausoléu, o aparecimento do arcanjo Miguel que, no Apocalipse, é descrito como tendo lançado Satanás sobre a terra. Entretanto, na coluna triunfal erguida por Trajano, o antecessor de Adriano e o mais festejado de todos os imperadores de Roma, não é o próprio Trajano a encimá-la, mas São Pedro, um humilde pescador. Cristo antevira-o: «Assim, os últimos serão os primeiros e os primeiros serão os últimos.»<sup>11</sup>

A ideia de que isto deveria ser visto como positivo, como uma consumação a desejar ardentemente, teria sido incompreensível para Trajano. Para a elite romana deste período, as crenças e doutrinas dos cristãos eram motivo de muito ténue preocupação. Eram uma presença débil, apenas ocasionalmente notada, no tecido urbano do império, tal como os mamíferos do Mesozoico num ecossistema dominado por dinossauros. No entanto, tal como os mamíferos estavam, a longo prazo, destinados a herdar a terra,

o mesmo acontecia com os cristãos. Com efeito, tão completa foi a revolução nos valores provocada pelo seu triunfo e tão absolutamente passámos a tomá-los por garantidos no Ocidente, que pode ser difícil avaliarmos, hoje, até que ponto muitos dos nossos pressupostos permanecem profundamente influenciados por eles. Se os europeus e os americanos sempre olharam para a Roma com admiração, então também essa admiração — mesmo no auge do imperialismo ocidental — tem estado envolta em suspeita. Os cristãos, quando anexaram terras de outros povos, fizeram-no como seguidores de um habitante da província que fora torturado até à morte por ordem de um administrador imperial. Adotar o papel de Pôncio Pilatos poderia então não se adequar pronta ou facilmente às suas consciências. O entusiasmo pela descolonização é um fenómeno muito ocidental.

Os Romanos, nas suas próprias exhibições de violência colonial, foram mais inocentes. Para eles, uma cruz não servia — tal como veio a acontecer com os cristãos — como emblema do triunfo do torturado sobre o torturador, mas antes o contrário: do direito que reclamavam para si mesmos de reprimir a insurreição, de forma tão brutal e inflexível quanto quisessem. Não havia sentimentos de culpa a ensombrar-lhes a insensibilidade. Foi o cristianismo a instilá-los pela primeira vez. Hoje em dia, apesar de a frequência da igreja no Ocidente já não ser a que era, a nossa sociedade continua tão marcada como sempre pelo legado da hostilidade dos primeiros cristãos para com a Prostituta da Babilónia. Os historiadores da Antiguidade Clássica não são menos portadores desta marca do que todos os restantes. É certo que o entusiasmo pelo império tende a já não ser característico dos atuais departamentos de Estudos Clássicos. As qualidades marciais que os Romanos valorizavam, e que tanto lhes permitiram conquistar como preservar o seu vasto império, obter enormes safras de escravos e glorificar desportos sanguinários como entretenimento, raramente são hoje brindadas pelos estudiosos nas universidades.

Um dos grandes paradoxos da história antiga é, pois, que o legado mais influente da *Pax Romana* tenha sido um movimento tão revolucionário nos seus derradeiros efeitos que exige hoje um enorme esforço até mesmo para começarmos a compreender o mundo tal como os Romanos o apreendiam. Por agora, vemo-lo através de um vidro, obscuramente. No entanto, o cristianismo não foi o único a ter perdurado do primeiro e segundo séculos da era cristã como uma tradição viva, nem sequer é o mais radical na sua hostilidade para com a memória do imperialismo romano. Afinal, no devido tempo, o poder coube a Césares que eram eles próprios cristãos, e o império que antes se embriagara com o sangue dos santos e dos mártires foi consagrado a Cristo. Apesar de Trajano, a longo prazo, ter caído, a substituição da sua estátua no topo da sua coluna triunfal em Roma por outra de São Pedro não assinalava qualquer condenação da memória do imperador. Tal como os próprios Romanos o tinham saudado como *Optimus Princeps*, o Melhor dos Imperadores, também os cristãos medievais o admiram quase como se fosse um dos seus. De facto, induzida pela ansiedade relativa ao destino da sua alma, veio a ser contada uma história notável a seu respeito. Afirmava-se que um papa especialmente santo, impressionado com os pormenores da vida de Trajano, confuso por um tal modelo de virtude não ter conseguido a entrada no reino dos céus e compelido a suplicar pela sua salvação, «dirigiu-se à Igreja de São Pedro e chorou um mar de lágrimas, tal como era seu hábito, até ter finalmente conseguido, por revelação divina, a garantia de que as suas preces eram atendidas, tendo em conta que nunca pensara fazer tal pedido por qualquer outro pagão»<sup>12</sup>. Foi por isso que Dante, no seu grande poema *A Divina Comédia*, se sentiu capaz de colocar Trajano no Paraíso. Contudo, não foram apenas os cristãos a especular a respeito do destino após a morte de Césares que haviam reinado no período de esplendor do império. Fizeram-no também os judeus. Não porque se preocupassem com o destino das almas dos

imperadores. Se os rabinos quase não podiam pronunciar o nome de Adriano sem o amaldiçoar — «Que os seus ossos apodreçam!» —, foi um César anterior que suscitou as tradições mais desconcertantes. Tito, que governara no breve período entre 79 e 81, e foi o segundo de uma dinastia denominada flaviana, merecera um castigo terrível. Um mosquito, a mais diminuta das criaturas de Deus, voara-lhe para o nariz e penetrara-lhe no cérebro. Aí, durante sete anos, zumbira sem cessar. Quando Tito veio a morrer e os médicos lhe abriram o crânio, descobriram que o mosquito crescera até se assemelhar a um pardal, com bico de bronze e garras de ferro. No entanto, o sofrimento do imperador não terminaria aí, nem nunca terminaria: no Inferno, o seu corpo reconstituído estava condenado a ser diariamente reduzido a cinzas.

Qual fora o crime de Tito? No ano 70, quatro anos depois de os Judeus se terem revoltado contra Roma, um exército comandado por si capturou o edifício mais sagrado do mundo judaico, o templo de Jerusalém, e incendiou-o. Seis décadas mais tarde, Adriano esfregou sal nas feridas judaicas ao ordenar que fosse construído um templo pagão no mesmo local. Mais uma vez, os Judeus sublevaram-se. E mais uma vez, os Romanos esmagaram-nos. Desta vez, o trabalho de pacificação teria de ser decisivo. Jerusalém foi reconstruída como cidade romana. O nome da pátria judaica, Judeia, foi mudado para Palestina. Os Judeus, regozijou-se um académico cristão, «são o único povo do mundo que foi expulso da sua própria metrópole»<sup>13</sup>. Tinham-se tornado uma nação no exílio.

O impacto deste curso fatídico dos acontecimentos ressoa ainda hoje. O grande rochedo onde outrora se erguia o templo é agora um lugar sagrado, tanto para muçulmanos como para judeus, encimado pela primeira obra-prima da arquitetura islâmica, a Cúpula da Rocha, e a terceira mesquita mais sagrada do islamismo. Em consequência, é também um dos pontos críticos mais perigosos do mundo. Entretanto, Israel — um Estado judaico fundado onde foi

outrora a Judeia — apoiou-se sempre na memória das guerras contra Roma para consolidar o seu sentimento de identidade nacional. Massada, uma montanha a sul de Jerusalém onde se conta que, em determinado momento da sétima década da era cristã, quase um milhar de homens, mulheres e crianças judias preferiram suicidar-se a render-se aos Romanos, tornou-se para os Israelitas um símbolo da coragem e determinação que também eles, enquanto povo rodeado por inimigos, se sente intimado a demonstrar. Um tal sentimento de identificação pessoal funda-se num princípio fundamental: o de que Israel é de facto descendente do Estado judaico que foi originalmente conquistado e depois eliminado por Roma. Quando, em 1960, foram mostradas a Yitzhak Ben-Zvi, presidente de Israel, cartas recém-descobertas do líder da insurreição judaica contra Adriano, descreveram-lhas como «despachos redigidos ou ditados pelo último presidente»<sup>14</sup>.

Era uma piada... mas não inteiramente. O risco de anacronismo ao assumir-se que os habitantes da província romana da Judeia eram judeus, no sentido em que hoje usamos a palavra, é enorme. Tão grande, na verdade, que optei por não o correr. Tal como a herança da tradição cristã pode funcionar como cortina de fumo, obscurecendo aos nossos olhos os contornos do Império Romano no seu apogeu, o mesmo acontece com a herança da tradição judaica. Grande parte do que distingue aquilo a que hoje chamamos «judaísmo» — o papel desempenhado pelos rabinos, as sinagogas, o Talmude — constitui menos uma preservação do que existiu antes das guerras contra os Romanos do que uma adaptação à sua perda. Antes da destruição final da sua pátria por Adriano, os *ioudaioi* — tal como os Gregos chamavam aos habitantes da Judeia — eram um povo, uma etnia, como qualquer outra. É verdade que podiam parecer excêntricos, mas o mesmo acontecia com muitos outros povos. Decerto não eram vistos como pertencendo a uma «religião» chamada «judaísmo»: pois ambas as palavras, que derivam especificamente de proposições teológicas cristãs, nada

teriam significado para os Romanos, nem para os Gregos, nem para os próprios Judeus. Tal como os habitantes de Atenas eram atenienses, e os do Egito egípcios, também talvez seja mais rigoroso designar os habitantes da Judeia judeenses. O Império Romano no seu apogeu era um mundo muito diferente do nosso e é perigoso escrever acerca dele num idioma como o inglês, que foi configurado e temperado por mais de um milénio de premissas cristãs, sem se estar ciente de que pode ser um meio potencialmente traiçoeiro. Assim, tal como procurei ser fiel ao espírito com que foi construído o Coliseu, chamando-lhe na minha narrativa anfiteatro Flaviano (tendo sido esse o seu nome original), também procurei acautelarme com anacronismos mais insidiosos: perspectivas e assunções que teriam sido incompreensíveis para o povo que protagoniza este livro. As atitudes romanas para com dimensões da experiência que podemos ser tentados a ver como universais — dimensões de moralidade, sexualidade ou identidade — eram, para a nossa maneira de pensar, radicalmente estranhas e perturbadoras. Na verdade, tão perturbadoras que alguns teriam preferido nem sequer as reconhecer como tal. O meu objetivo ao escrever *Pax* foi sempre o de mostrar para com os habitantes do mundo romano o respeito devido a todos os povos antigos: tentar compreendê-los não à nossa própria maneira, mas à sua, em toda a sua ambivalência, complexidade e contradições.

Quem quer que tente satisfazer tal ambição confronta-se com uma dificuldade óbvia. Quando, em 1960, foram descobertas cartas dos dias agonizantes da revolta contra Adriano numa caverna do deserto da Judeia, a euforia que suscitaram não se deveu apenas a um patriotismo israelita. O achado era espantoso, pois ajudava a colmatar — mesmo que de uma forma muito incompleta — um manifesto hiato no registo histórico. O conflito, por mais importante que tenha sido, deixou poucos documentos escritos. Embora possam ser colhidos detalhes parciais de inscrições, de moedas ou dos muito posteriores — e claramente tendenciosos — escritos de

rabinos e padres da igreja, as únicas narrativas a sobreviverem são extremamente incompletas. Nas últimas décadas, historiadores e arqueólogos peneiraram o cascalho das provas com resultados heroicos; mesmo assim, apesar da publicação recente de vários estudos acerca da guerra, revelou-se impossível alcançar algo mais do que linhas muito gerais do seu decurso. Os mitos contados a respeito do combate mortal dos Judeus contra Adriano continuam a ser muito mais enérgicos do que qualquer narrativa que um historiador possa ter a expectativa de escrever.

É verdade que existem outros conflitos que conhecemos ainda menos. Houve, por exemplo, uma sublevação na Britânia durante o reinado de Adriano, que um escritor romano comparou explicitamente com a guerra na Judeia, e que contribuiu presumivelmente para a decisão do imperador de construir a sua famosa muralha; mas pouco mais sabemos acerca dela do que isso\*. Inversamente, a narrativa que pode ser contada acerca da revolta dos Judeus contra Adriano é feita parecer ainda mais espectral pelo facto da revolta judaica original — aquela que culminou com a destruição do templo e o cerco a Massada — nos ter deixado aquilo que se pode considerar, pelos padrões da história antiga, quantidades deveras prodigiosas de provas. Temos biografias dos dois flavianos — Tito e o pai, Vespasiano — que comandaram as legiões no conflito. Temos uma descrição escabrosa por Tácito, o maior dos historiadores romanos, de tudo o que fez os Judeus parecerem excêntricos para os seus vizinhos. Temos moedas, inscrições e frisos. Acima de tudo, temos uma narrativa pormenorizada da revolta e das suas causas, escrita não por um romano, mas por um judeu — e, principalmente, por um judeu que desempenhou

---

\* O escritor romano era Fronto, numa carta para Marco Aurélio, seu aluno na altura. Uma teoria popular — que inspirou uma famosa novela para crianças, *A Águia da Nona Legião*, de Rosemary Sutcliff — é a de que a Nona Legião Hispânica, *Legio IX Hispana*, teria sido aniquilada no decurso desta guerra — contudo, isso não passou de uma especulação.

um papel significativo no conflito. *A Guerra dos Judeus*, de Josefo, é uma das obras supremas de história que sobreviveram da Antiguidade; e, todavia, espantosamente, não é o único relato narrativo de que dispomos desses anos fatídicos. Tácito também escreveu um, ainda que não centrado na revolta judaica, mas na guerra civil que abalava em simultâneo o mundo romano e que levou a que, no ano 69, não menos do que quatro Césares tivessem governado consecutivamente.

Contar a história deste período é sempre, pois, estar atento a como as provas da história romana, por vezes, de uma clareza ofuscante, por vezes, inexistentes, são uma coisa variável. O mundo retratado neste livro é iluminado da mesma maneira que uma linha costeira poderia estar iluminada por uma imensa bateria de faróis, tendo presente que os respetivos feixes luminosos varrem o espaço com padrões irregulares e pouco fiáveis. Por vezes, um conjunto de rochas pode ficar iluminado por luz brilhante. Por vezes, a cena pode cair abruptamente na sombra. Faixas inteiras da costa podem nunca chegar a ser iluminadas. Assim acontece com as primeiras décadas, entre a primeira e a segunda revolta dos Judeus, entre o ano dos quatro imperadores e a chegada ao poder de Antonino Pio.

Sublinho que não pretendo com isto alertar o leitor, mas antes explicar o equilíbrio e os andamentos do livro. O alcance e o foco da minha narrativa, o grau com que se desloca de cenário em cenário, vai ao pormenor ou mostra o quadro geral, é determinado acima de tudo pela natureza das fontes materiais e arqueológicas de prova disponíveis. Podem faltar-nos registos para anos inteiros sucessivos. No entanto, é possível, reconstruir os acontecimentos de um ano em particular, o ano fatídico de 69, mês a mês, muitas vezes, dia a dia. Podem faltar-nos histórias que incidam nos feitos dos conselheiros municipais, nas mulheres, nos homens de negócios ou nos escravos; no entanto, ficaram-nos os remanescentes de Pompeia e Herculano, em que os fantasmas de tantas pessoas como

essas ainda assombram as ruas. Pode faltar-nos uma biografia de Trajano, o mais admirado de todos os Césares, mas dispomos de relatos detalhados do que foi acontecendo no seu reinado numa província muito particular. Esta história principia e termina em Roma, mas tem que ver com muito mais do que Roma. É uma história que abarca todo o mundo romano e para lá dele.

Embora tenha sido em grande medida escrito para ser autónomo, este livro é o terceiro numa série de histórias. O primeiro, *Rubicão*, conta a história de Júlio César e do seu tempo; o segundo, *Dinastia*, a de Augusto, o primeiro imperador de Roma, e a linhagem de soberanos que afirmaram descender dele. *Pax* principia num momento crucial da história: o suicídio, em 68, de Nero, último descendente masculino de Augusto. Com a sua morte, extinguiu-se a primeira dinastia de autocratas de Roma. O que viria a substituí-la? A tentativa de responder à pergunta pôs fim a um longo século de paz civil. Em 69, quatro homens governaram sucessivamente como imperadores. Soldados chacinaram-se mutuamente nas ruas de Roma e o maior templo da cidade foi destruído pelo fogo. O ano dos quatro imperadores serviu ao povo romano de reminiscência brutal de que toda a sua grandeza e toda a sua prosperidade poderiam ser ameaçadas pela própria qualidade que lhes valera originalmente o seu império e lhes permitia garantir a sua segurança: a sua aptidão para matar. A capacidade das legiões para exercer uma violência extrema foi a condição prévia necessária da *Pax Romana*. É por isso que num livro acerca do mais longo período de paz contínua de que o Mediterrâneo alguma vez desfrutou, o contexto tinha de ser fornecido pela guerra.

Uma criança já nascida quando Nero se suicidou poderá ter assistido às exéquias de Adriano, aos rituais na sequência da sua morte. As décadas que separam os dois imperadores testemunharam uma sucessão de episódios tão dramáticos que a sua fama ainda hoje perdura: o cerco e a destruição de Jerusalém, a erupção do Vesúvio, a inauguração do Coliseu. Ainda deflagravam

conflitos, mesmo depois de ter sido restaurada a ordem na grande massa do mundo romano a seguir ao ano dos quatro imperadores: na Britânia, ao longo do Danúbio e na Judeia. As legiões levavam as suas armas para o golfo Pérsico. Os Romanos continuaram a ser o que sempre haviam sido: os heróis de um grande drama marcado por feitos e proezas incomparáveis. Todavia, o mais marcante de tudo foi um processo de mudança que, estendendo-se pelo período coberto por este livro, serviu para transformar para sempre o que se entendia pelo nome «romano». Na altura em que Adriano morreu, tal passou a significar, nas palavras de um contemporâneo — um homem suficientemente próximo do imperador para ter podido trocar ditos espirituosos poéticos com ele — «menos um povo singular do que a totalidade da raça humana»<sup>15</sup>. O império era o Estado mais rico, mais portentoso e mais terrífico que alguma vez existira: um Estado que exibiu repetidamente, ao longo das décadas descritas em *Pax*, a sua invencibilidade, de modo que até os seus inimigos acabaram por acreditar que nunca poderia ser derrotado. Procurei retratar os Romanos no seu auge imperial, não como nossos contemporâneos, não como espantalhos a serem emulados ou condenados, mas como um povo que suscita o nosso fascínio, principalmente, em virtude de ser diferente, desconcertante e irresistivelmente diferente.



Oceano

BRITÂNIA

BRIGANTES

CHAUQUIANOS

GERMÂNIA

BATAVOS  
Vetere  
Colônia

Mogonciaco

GÁLIA

Reno

Danúbio

Vindonissa

Lugduno

HELVÉCIA

Alpes

Verona

Cremona

Pirenéus

Massília

ITÁLIA

Adriático

Roma

Nápoles

ESPANHA

LUSITÂNIA

BÉTICA

Itálica

Córdova

R. Betis

SARDENHA

SICÍLIA

MAURITÂNIA

Cordilheira do Atlas

Hipona

Cartago

Lambésis

LÍBIA

A  
F  
R  
I  
C  
A

S a r r a

# A HISTÓRIA DEFINITIVA DA IDADE DE OURO DE ROMA

No seu auge, o Império Romano era o Estado mais rico e formidável que o mundo já tinha visto. Estendendo-se da Escócia à Arábia, geria os destinos de cerca de um quarto da humanidade.

Começando no ano em que quatro Césares governaram sucessivamente o Império, e terminando cerca de sete décadas depois, com a morte de Adriano, *Pax: Guerra e Paz na Idade de Ouro de Roma* revela-nos a história deslumbrante de Roma no apogeu do seu poder.

Tom Holland, reconhecido historiador e autor, apresenta um retrato vivo e entusiasmante dessa era de desenvolvimento: a *Pax Romana* — da destruição de Jerusalém e Pompeia, passando pela construção do Coliseu e da Muralha de Adriano e pelas conquistas de Trajano. E demonstra, ao mesmo tempo, como a paz romana foi fruto de uma violência militar sem precedentes.

«Raramente o passado distante pareceu tão vívido.»

*Financial Times*



Penguin  
Random House  
Grupo Editorial

[www.penguinlivros.pt](http://www.penguinlivros.pt)  
@ penguinlivros

ISBN 9789897873478



9 789897 873478 >